



Folha de pagamentos do funcionalismo cresce menos que a metade da arrecadação estadual em 2024

Balanço do orçamento público de Santa Catarina no 1º semestre de 2024

Sumário Executivo

- ❖ A arrecadação do governo estadual aumentou em R\$ 3,3 bilhões na primeira metade de 2024, totalizando R\$ 25 bilhões
- O desempenho é impulsionado pelo crescimento econômico, que estimula o recolhimento de ICMS. Além disso, as mudanças recentes no FUNDEB e o aumento de repasses da União, em especial para o SUS, tem sustentado a expansão do orçamento estadual
- ❖ Com a proximidade das eleições municipais, as despesas orçamentárias tiveram crescimento mais acentuado, de 16%. Jorginho segue ampliando os investimentos em obras rodoviárias, visando a construção de base eleitoral para seu partido
- ❖ Por outro lado, as despesas com pessoal cresceram apenas 6,4%, em ritmo que não chega nem à metade do crescimento das receitas (15,6%). Os demais gastos do governo, não relacionados à folha de pagamentos, tiveram expansão de 30,9% no 1º semestre de 2024
- ❖ A contenção das despesas com o funcionalismo tem sustentado os sucessivos superávits do governo, mesmo diante do aumento dos demais gastos. O superávit orçamentário, ou seja, o volume de recursos que governo deixou de aplicar, foi de R\$ 3 bilhões na primeira metade do ano

1. Introdução

O cenário econômico atual se mostra bastante favorável às reivindicações do funcionalismo público catarinense. A conjuntura é marcada por um forte crescimento econômico, que amplia a arrecadação do estado e as margens para a realização de política salarial. O objetivo deste texto é fazer um balanço das contas públicas do estado de Santa Catarina no 1º semestre de 2024.

Inicialmente, analisamos os resultados orçamentários agregados, destacando os superávits obtidos. Em seguida, desagregamos as receitas e os gastos, de modo a identificar as fontes de crescimento da arrecadação e o espaço orçamentário disponível para a expansão da folha de pagamentos do funcionalismo estadual.

Os dados provêm do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), do Tesouro Nacional, e são analisados em recortes interanuais, isto é, em comparações com o mesmo período do ano anterior. Complementarmente,





apresentamos os resultados preliminares para agosto, conforme dados divulgados pela Secretaria da Fazenda.

2. A manutenção da política de superávits

Na primeira metade de 2024 o governo do estado catarinense arrecadou R\$ 25 bilhões, 15,6% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Já as despesas liquidadas pelo governo tiveram alta de 16%, atingindo R\$ 22,1 bilhões. Em ambos os casos, houve um forte crescimento em termos reais, tendo em vista a inflação de 4,23% registrada pelo IPCA no período.

Tabela 1 – Balanço orçamentário do governo de Santa Catarina (R\$ bilhões, acumulados no 1º semestre de cada ano)

	2023	2024	Variações		
	2023	2024	Saldo	Cresc.	
Receita líquida realizada	21,64	25,01	3,37	15,6%	
Despesas liquidadas	19,08	22,12	3,05	16,0%	
Superávit Orçamentário	2,56	2,89	0,33		
Resultado Primário	2,55	2,75	0,20		
- Meta LDO	0,65	1,08	0,43		

Fonte: RREO/SICONFI (2024).

Assim como vem ocorrendo sistematicamente na gestão Jorginho, o governo registrou um superávit orçamentário, dessa vez de R\$ 2,9 bilhões. A geração de caixa segue em tendência de crescimento, inclusive em ritmo superior à inflação. O superávit do 1º semestre de 2024 superou em R\$ 327 milhões o registrado no mesmo período do ano anterior, que já era bastante elevado (R\$ 2,6 bilhões).

Do ponto de vista do resultado primário (diferença entre receitas e despesas primárias, excluindo receitas e despesas financeiras), a sobra de recursos foi de R\$ 2,75 bilhões. Esse valor é quase o triplo do resultado previsto na LDO para o ano, que é de R\$ 1,08 milhão.

Ao contrário da narrativa do Secretário da Fazenda, para quem o crescimento recente da arrecadação seria pontual ou transitório¹, os resultados mais recentes sinalizam uma trajetória robusta de expansão do orçamento estadual. De acordo com os dados do Portal da Transparência do Executivo, as receitas seguem em ritmo de expansão interanual superior aos dois dígitos. No acumulado do ano até agosto, a arrecadação cresceu 15,9%, praticamente no mesmo ritmo das despesas liquidadas.

Tabela 2 – Evolução mensal das receitas e despesas (R\$ bilhões)

	Re	ceita realiz	a realizada Despesa liquio			ada
Mês	2023	2024	Cresc.	2023	2024	Cresc.

¹ SEF/SC.

_





Total	28,13	32,34	15,0%	21,99	25,43	15,6%
Agosto	3,59	4,03	12,3%	3,01	3,32	10,2%
Julho	3,60	4,04	12,3%	3,01	3,56	18,4%
Junho	3,69	4,11	11,4%	2,89	3,74	29,5%
Maio	3,60	4,08	13,2%	3,17	3,49	10,3%
Abril	3,57	4,18	17,2%	2,80	3,43	22,7%
Março	3,39	3,95	16,5%	2,81	3,04	8,2%
Fevereiro	3,35	3,98	18,9%	2,31	2,74	18,5%
Janeiro	3,35	3,98	18,8%	1,99	2,09	4,9%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de Santa Catarina (2024).

3. Crescimento econômico e transferências da União sustentam ritmo de expansão das receitas

Com o crescimento da atividade econômica estadual, em particular no setor de comércio, cujas vendas já aumentaram 7,2% em 2024², as receitas do governo seguem em ritmo forte de expansão. A arrecadação de impostos sobre consumo (em especial o ICMS), que responde por cerca de ¾ do orçamento do estado, teve alta de 17,9% na primeira metade de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 2 – Receitas Orçamentárias (R\$ bilhões, acumulados no 1º semestre de cada ano)

•	2023	023 2024	Vari	iações
	2023	2024	Saldo	Cresc.
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	20,67	24,01	3,34	16,2%
RECEITAS CORRENTES	20,59	23,78	3,19	15,5%
IMPOSTOS E TAXAS	13,86	16,32	2,46	17,8%
Impostos	12,91	15,21	2,30	17,9%
Taxas	0,95	1,11	0,16	16,7%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,93	0,87	-0,05	-5,8%
RECEITA PATRIMONIAL (rendimento de ativos)	0,85	0,83	-0,02	-2,4%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4,30	5,05	0,76	17,6%
Transferências da União e de suas Entidades	1,74	2,17	0,43	24,8%
Transferências de Instituições Privadas	0,61	0,67	0,06	10,1%
Transferências de Outras Instituições Públicas	1,94	2,20	0,27	13,7%
Outras	0,02	0,01	0,00	-11,6%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,33	0,37	0,04	10,6%
RECEITAS DE CAPITAL (Op. Crédito, vendas de bens e outras)	0,08	0,23	0,15	183,9%
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,97	1,00	0,03	3,2%
RECEITAS TOTAIS	21,64	25,01	3,37	15,6%
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3,47	3,89		

Fonte: RREO/SICONFI (2024).

Complementarmente às fontes próprias, o orçamento do estado tem se beneficiado muito das transferências da União, que cresceram 24,8% em 2024. Isso representa um salto de R\$ 431 milhões nos repasses aos cofres do estado. Além do crescimento econômico nacional, que impulsiona a arrecadação da União e os repasses aos estados, o governo

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

_

² <u>IBGE/PMC</u>. Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado, acumulado no ano até jun/24.





federal tem ampliado fortemente as transferências "fundo a fundo" de recursos do SUS, que sozinhas já representaram um ganho orçamentário de R\$ 240 milhões para Santa Catarina em 2024. Com a proximidade do período eleitoral, os repasses via emendas parlamentares também têm aumentado.

Por fim, nota-se um crescimento expressivo das transferências de outras instituições públicas, com alta de 13,7%. Esse salto se deve às mudanças recentes no FUNDEB, cujos repasses passaram de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 2,2 bilhões entre o 1º semestre de 2023 e 2024, ou seja, um aumento de R\$ 266 milhões nas transferências para o governo catarinense.

4. Folha salarial cresce menos que a metade da arrecadação

O aumento dos repasses vinculados do governo federal se reflete nas despesas com saúde e educação, que tiveram crescimentos de 24,5% e 15,9%, respectivamente, no 1º semestre de 2024.

Nas demais pastas, o principal destaque segue sendo o esforço de Jorginho para consolidar sua base eleitoral com obras rodoviárias. Com a proximidade das eleições municipais, os gastos com essas obras atingiram a impressionante marca de R\$ 1,3 bilhão investidos na primeira metade deste ano, valor recorte na série histórica. Para fins de comparação, basta notar que o montante investido no mesmo período de 2023 havia sido de R\$ 245 milhões.

As verbas destinadas aos deputados também vão muito bem, obrigado. Os gastos do legislativo neste ano eleitoral tiveram alta de 26,6%, totalizando quase meio bilhão de reais na primeira metade do ano. No mesmo sentido, nota-se uma forte expansão dos gastos do judiciário, da ordem de 17,3%.

Por outro lado, a previdência social, grande "vilã das contas públicas" na visão da classe dominante, tiveram perda real no período, ou seja, cresceram abaixo da inflação.





Tabela 4 – Despesas orçamentárias por função (R\$ bilhões, acumulados no 1º semestre de cada ano)

	2022	2024	Variações	
	2023	2024	Saldo	Cresc.
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	18,05	21,07	3,02	16,7%
Saúde	2,64	3,28	0,65	24,5%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1,34	1,88	0,54	40,3%
Administração Geral	1,09	1,19	0,10	8,7%
Atenção Básica	0,05	0,05	0,00	-1,8%
Suporte Profilático e Terapêutico	0,06	0,07	0,00	4,3%
Outros	0,09	0,10	0,01	10,6%
Educação	2,81	3,26	0,45	15,9%
Educação Básica	0,66	0,82	0,16	23,6%
Ensino Fundamental	0,67	0,76	0,08	12,4%
Ensino Médio	0,60	0,68	0,08	13,7%
Ensino Superior	0,40	0,53	0,12	30,2%
Educação Especial	0,24	0,24	-0,01	-2,3%
Administração Geral	0,11	0,13	0,02	16,4%
Outros	0,12	0,11	-0,01	-8,2%
Previdência Social	4,76	4,95	0,19	4,0%
Previdência do Regime Estatutário	3,65	3,81	0,16	4,4%
Previdência Especial	1,07	1,10	0,03	2,7%
Segurança Pública	1,53	1,60	0,07	4,9%
Legislativa	0,38	0,48	0,10	26,6%
Judiciária	1,40	1,65	0,24	17,3%
Essencial à Justiça	0,68	0,74	0,05	7,7%
Administração	1,00	1,16	0,16	16,0%
Direitos da Cidadania	0,69	0,62	-0,08	-11,2%
Agricultura	0,40	0,43	0,03	7,1%
Comércio e Serviços	0,02	0,05	0,02	103,4%
Transporte	0,36	1,40	1,05	294,4%
Transporte Rodoviário	0,25	1,33	1,08	441,5%
Outros	0,11	0,07	-0,04	-34,7%
Outras Funções	1,37	1,46	0,08	6,0%
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1,03	1,06	0,03	3,0%
TOTAL DESPESAS	19,08	22,12	3,05	16,0%

Fonte: RREO/SICONFI (2024).

Um olhar sobre as contas do ponto de vista da natureza dos gastos revela bem as prioridades elegidas pelo governo Jorginho. As despesas com pessoal e encargos sociais, majoritariamente associadas ao pagamento de salários dos servidores que atendem à população, cresceram apenas 6,4% em 2024, em ritmo que não chega nem à metade do crescimento das receitas (15,6%). Se desconsiderarmos as despesas com pessoal das contas do governo, vemos que a expansão dos demais gastos nesse ano já chega a 30,9%, ou seja, um ritmo de crescimento quase cinco vezes maior que da folha de pagamentos.





Tabela 5 – Despesas orçamentárias liquidadas por natureza dos gastos (R\$ bilhões, acumulados no 1º semestre de cada ano)

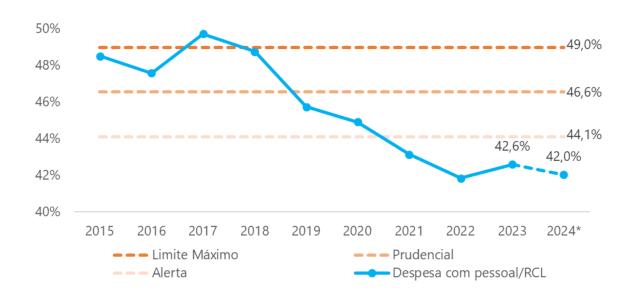
	2023	2024	Variações	
			Saldo	Cresc.
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	18,05	21,07	3,02	16,7%
DESPESAS CORRENTES	16,92	18,66	1,74	10,3%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11,62	12,36	0,74	6,4%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,56	0,55	-0,01	-2,1%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4,75	5,76	1,01	21,3%
DESPESAS DE CAPITAL	1,13	2,40	1,27	112,7%
INVESTIMENTOS	0,56	1,87	1,31	232,8%
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,10	0,07	-0,04	-35,7%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,47	0,47	0,00	0,9%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1,03	1,06	0,03	3,0%
DESPESAS TOTAIS	19,08	22,12	3,05	16,0%
DESPESAS TOTAIS, EXCETO COM PESSOAL	7,46	9,76	2,30	30,9%

Fonte: RREO/SICONFI (2024).

5. Sobra orçamentária para concursos e valorização salarial

A consequência do crescimento da folha de pagamentos abaixo da arrecadação é um novo aumento da margem orçamentária para despesa com pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A legislação prevê que o governo pode gastar até 49% de sua Receita Corrente Líquida (RCL) com pessoal, sendo de 46,6% o "limite prudencial" e de 44,1% o "limite de alerta".

Gráfico 1 – Despesa com pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e limites da LRF







Fonte: RREO/SICONFI (2024).

* Projeção para 2024 considerando crescimento da RCL e da despesa com pessoal acumulados nos últimos 12 meses até jun/24.

De acordo com o último Relatório de Gestão Fiscal do governo, referente ao 1º quadrimestre de 2024, o índice de despesa com pessoal como proporção da RCL do estado encontrava-se em 40,4%. Considerando a RCL acumulada nos últimos 12 meses e o crescimento da folha de pagamentos até junho de 2024, estima-se que esse indicador deva fechar o ano em 42%, ainda bem abaixo dos limites da LRF. A folga orçamentária atual, considerando o limite máximo da LRF, é de quase R\$ 1 bilhão, e seria suficiente para ampliar em até 5% a folha de pagamentos do executivo.

Esses resultados revelam que a austeridade empreendida pelo governo na condução da política salarial dos servidores não pode ser justificada por problemas nas contas públicas. Trata-se exclusivamente de uma decisão política, em que os funcionários públicos estão pagando a conta dos gastos discricionários que o governador mobiliza para a construção de suas bases eleitorais.

Equipe Técnica

Mauricio Mulinari | Economista, mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Vicente Loeblein Heinen | Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)